



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

**Processo n.º:** 12.665/2018-e

**Origem:** Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF

**Assunto:** Estudos Especiais

**Ementa:** Estudos especiais realizados em atenção ao item II da Decisão n.º 1.618/2018, exarada nos autos do Processo n.º 32.101/2016-e, com vistas a firmar entendimento acerca do alcance de eventuais desdobramentos advindos de decisões do Supremo Tribunal Federal proferidas, em sede de repercussão geral, nos autos dos Recursos Extraordinários n.ºs 602043 e 612975. Decisão n.º 5.613/2018: conhecimento dos estudos em apreço e considerações. Decisão n.º 5.991/2018: conhecimento de pedido de reexame interposto pelo MPjTCDF. Decisão n.º 2.124/2019: Pedido de Reexame improvido. Arquivamento. Ingresso do Ofício n.º 487/2020-G2P, da lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, e anexo. Desarquivamento dos autos. Memorando n.º 107/2020 – GAB/CIM: restituição dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefipe/TCDF após juntada de documentação oriunda do GPCF dando notícia do julgamento do RE 602.584/DF, em sede de repercussão geral. **Nesta fase:** análise dos desdobramentos da decisão do STF no RE 602.584/DF, em sede de repercussão geral sob o Tema 359. Sefipe/TCDF sugere conhecimento do deslinde do RE 602.584/DF, dele dando conhecimento a todo o complexo administrativo do Distrito Federal e arquivamento. Parecer convergente do Ministério Público. VOTO divergente. Interposição de agravo regimental no RE 602.584/DF. Matéria ainda não transitada em julgado. VOTO pelo sobrestamento dos autos, até o deslinde da questão no STF.

## RELATÓRIO

Tratam os autos de estudos realizados em atenção ao item II da Decisão n.º 1.618/2018, exarada nos autos do Processo n.º 32.101/2016-e, com vistas a firmar entendimento acerca do alcance de eventuais desdobramentos advindos das decisões do STF proferida nos RE 602043 e 612975, nos termos mencionados na ementa.

Por meio da Decisão n.º 5.613/2018, este Tribunal deliberou por considerar que “quanto à metodologia para incidência do inciso XI do art. 37 da CRFB no caso de servidores que acumulam estipêndios pensionais com remuneração (cargo efetivo, eletivo ou em comissão/função comissionada) ou proventos (servidor inativo), deve-se observar o que vier a ser decidido pelo STF no julgamento do RE 602.584/DF, em sede de repercussão geral sob o Tema 359, mantendo, até tal deslinde, o entendimento desta Corte de Contas, com a apuração do teto individualizado, em conformidade com o Parecer n.º 16/2016- CJP e Complementação, constante do Processo n.º 33.508/2014.”.

Após a juntada do Ofício n.º 487/2020- G2P (e-DOC E66ACDFB-e) e anexo (e-DOC 934D33EC-e) da lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, no qual o Ministério Público noticia o julgamento de mérito do RE 602584,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

definindo-se o tema de repercussão geral 359, determinei a remessa dos autos à Sefipe/TCDF pelo Memorando n.º 107/2020 – GAB/CIM (e-DOC C47068A2-e) para providências.

Nesta oportunidade, dá-se seguimento à análise do feito.

## MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A manifestação do órgão instrutivo deu-se nos seguintes termos (e-DOC D34F1503-e, peça 34):

“(…)

2. Por meio da Decisão n.º 5.613/2018, este Tribunal definiu a aplicação dos REs 602.043 e 612.975 nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos estudos especiais em apreço, considerando cumprido o item II da Decisão n.º 1.618/2018; II – quanto às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos REs 602.043 e 612.975, considerar que: a) os Temas nos 377 e 384, no sentido de que “a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público”, aplicam-se a todas as situações jurídicas em que a Constituição autoriza a acumulação de cargos, dentre as quais a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e de remuneração pelo exercício de cargo eletivo ou em comissão, de livre nomeação e exoneração (art. 37, § 10, e art. 40, § 11, da CRFB), e a percepção de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo efetivo, para aqueles aposentados que reingressaram ao serviço público até 16.12.1998, nos termos do art. 11 da Emenda Constitucional n.º 20/1998; **b) quanto à metodologia para incidência do inciso XI do art. 37 da CRFB no caso de servidores que acumulam estipêndios pensionais com remuneração (cargo efetivo, eletivo ou em comissão/função comissionada) ou proventos (servidor inativo), deve-se observar o que vier a ser decidido pelo STF no julgamento do RE 602.584/DF, em sede de repercussão geral sob o Tema 359, mantendo, até tal deslinde, o entendimento desta Corte de Contas, com a apuração do teto individualizado, em conformidade com o Parecer n.º 16/2016- CJP e Complementação, constante do Processo n.º 33.508/2014;** III – autorizar o arquivamento do feito. O Conselheiro PAIVA MARTINS deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF, conforme declaração de voto elaborada, nos termos do art. 111, do RI/TCDF.

3. Posteriormente, o Pedido de Reexame interposto pelo MPjTCDF foi conhecido por meio da Decisão n.º 5.991/2018, negando-se provimento ao citado recurso por meio da Decisão n.º 2.124/2019.

4. Retornam os autos a esta SEFIPE por força do Memorando n.º 107/2020 – GAB/CIM (e-doc C47068A2-e), após a juntada do Ofício



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

*nº 487/2020- G2P (e-doc E66ACDFB-e), no qual o MPJTCDF noticia o julgamento de mérito do RE 602584, definindo-se o tema de repercussão geral 359, nos seguintes termos:*

*O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 359 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para indeferir a ordem, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Celso de Mello, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli (Presidente). Em seguida, foi fixada a seguinte tese: "**Ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional nº 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor**". Falou, pelo amicus curiae Estado do Rio Grande do Sul, a Dra. Márcia dos Anjos Manoel, Procuradora do Estado. Afirmou suspeição o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, 06.08.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).*

*5. Dessa forma, diante do disposto no item "II.b" da Decisão nº 5.613/2018 e do julgamento do RE 602584 (Tema 359) pela aplicação do teto remuneratório ao somatório de estipêndios pensionais com remuneração (cargo efetivo, eletivo ou em comissão/função comissionada) ou proventos (servidor inativo), diferentemente do pugnado no Parecer n.º 16/2016- CJP e Complementação, constante do Processo n.º 33.508/2014, necessário dar notícia do deslinde do referido processo a todo o complexo administrativo do Distrito Federal.*

*6. Por fim, cumpre destacar que até o momento não ocorreu o trânsito em julgado do referido RE 602584.*

*7. Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:*

*I. tomar conhecimento do deslinde do RE 602.584/DF;*

*II. tendo em vista o disposto no item "II.b" da Decisão nº 5.613/2018, dar conhecimento a todo o complexo administrativo do Distrito Federal a respeito do deslinde do RE 602.584/DF e da definição do tema de repercussão geral 359, pelo Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos: "ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional nº 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor";*

*III. autorizar o arquivamento do presente feito."*

## MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público, nos termos do Parecer n.º 777/2020 – G2P (e-DOC 9BC87E5C-e, peça 37), manifestou-se de forma convergente com a instrução. Eis a sua manifestação:

*"2. Quanto ao tema nestes autos abordados, decidiu o TCDF no mérito da matéria (Decisão nº 5613/2018):*

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos estudos especiais em apreço, considerando cumprido o item II da Decisão n.º 1.618/2018; II – quanto às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos REs 602.043 e 612.975, considerar que: a) os Temas nos 377 e 384, no sentido de que “a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público”, aplicam-se a todas as situações jurídicas em que a Constituição autoriza a acumulação de cargos, dentre as quais a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e de remuneração pelo exercício de cargo eletivo ou em comissão, de livre nomeação e exoneração (art. 37, § 10, e art. 40, § 11, da CRFB), e a percepção de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo efetivo, para aqueles aposentados que reingressaram ao serviço público até 16.12.1998, nos termos do art. 11 da Emenda Constitucional n.º 20/1998; **b) quanto à metodologia para incidência do inciso XI do art. 37 da CRFB no caso de servidores que acumulam estipêndios pensionais com remuneração (cargo efetivo, eletivo ou em comissão/função comissionada) ou proventos (servidor inativo), deve-se observar o que vier a ser decidido pelo STF no julgamento do RE 602.584/DF, em sede de repercussão geral sob o Tema 359, mantendo, até tal deslinde, o entendimento desta Corte de Contas, com a apuração do teto individualizado, em conformidade com o Parecer n.º 16/2016- CJP e Complementação, constante do Processo n.º 33.508/2014;** III – autorizar o arquivamento do feito. O Conselheiro PAIVA MARTINS deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF, conforme declaração de voto elaborada, nos termos do art. 111, do RI/TCDF.

3. Houve pedido de reexame deste parquet que, após conhecido, teve negado seu provimento (Decisão nº 2124/2019). Foram então arquivados os autos.

4. Posteriormente, ao tomar conhecimento do julgamento do **RE 602.584/DF**, este MPC/DF oficiou<sup>1</sup> ao ilustre Relator, CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO, comunicando a decisão proferida pelo e. STF, que assim pacificou a matéria:

*Decisão: O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 359 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para indeferir a ordem, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Celso de Mello, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli (Presidente). Em seguida, foi fixada a seguinte tese: "**Ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional nº 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor**".*

---

<sup>1</sup> OFÍCIO Nº 487/2020-G2P



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*5. Enviados os autos à SEFIPE para nova manifestação, conclui a instrução: 5. Dessa forma, diante do disposto no item "II.b" da Decisão nº 5.613/2018 e do julgamento do RE 602584 (Tema 359) pela aplicação do teto remuneratório ao somatório de estipêndios pensionais com remuneração (cargo efetivo, eletivo ou em comissão/função comissionada) ou proventos (servidor inativo), diferentemente do pugnado no Parecer n.º 16/2016- CJP e Complementação, constante do Processo n.º 33.508/2014, necessário dar notícia do deslinde do referido processo a todo o complexo administrativo do Distrito Federal.*

*6. No entendimento deste MPC havia a necessidade de nova orientação desta e. Corte de Contas, motivo pelo qual foi enviado Ofício ao i. Relator. Nestes termos, entendendo que já houve o deslinde da questão pendente no item II, "b" da Decisão 5613/2018, sugere-se:*

*I. tomar conhecimento do deslinde do RE 602.584/DF;*

*II. tendo em vista o disposto no item "II.b" da Decisão nº 5.613/2018, dar conhecimento a todo o complexo administrativo do Distrito Federal a respeito do deslinde do RE 602.584/DF e da definição do tema de repercussão geral 359, pelo Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos: "ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional nº 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor";*

*III. autorizar o arquivamento do presente feito."*

Informe-se que, em 24.11.20, houve a interposição de agravo regimental no RE 602.584/STF, estando os autos conclusos ao relator.

É o relatório.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

## VOTO

Tratam os autos de estudos realizados em atenção ao item II da Decisão nº 1.618/2018, exarada nos autos do Processo nº 32.101/2016-e, com vistas a firmar entendimento acerca do alcance de eventuais desdobramentos advindos das decisões do STF proferidas nos RE 602043 e 612975.

Por meio da Decisão nº 5.613/2018, nestes autos, este Tribunal deliberou nos seguintes termos:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos estudos especiais em apreço, considerando cumprido o item II da Decisão nº 1.618/2018; II – quanto às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos REs 602.043 e 612.975, considerar que: a) os Temas nos 377 e 384, no sentido de que “a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público”, aplicam-se a todas as situações jurídicas em que a Constituição autoriza a acumulação de cargos, dentre as quais a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e de remuneração pelo exercício de cargo eletivo ou em comissão, de livre nomeação e exoneração (art. 37, § 10, e art. 40, § 11, da CRFB), e a percepção de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo efetivo, para aqueles aposentados que reingressaram ao serviço público até 16.12.1998, nos termos do art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/1998; **b) quanto à metodologia para incidência do inciso XI do art. 37 da CRFB no caso de servidores que acumulam estipêndios pensionais com remuneração (cargo efetivo, eletivo ou em comissão/função comissionada) ou proventos (servidor inativo), deve-se observar o que vier a ser decidido pelo STF no julgamento do RE 602.584/DF, em sede de repercussão geral sob o Tema 359, mantendo, até tal deslinde, o entendimento desta Corte de Contas, com a apuração do teto individualizado, em conformidade com o Parecer nº 16/2016- CJP e Complementação, constante do Processo nº 33.508/2014; III – autorizar o arquivamento do feito. O Conselheiro PAIVA MARTINS deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF, conforme declaração de voto elaborada, nos termos do art. 111, do RI/TCDF”.***

Em 10.08.2020, a i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira encaminhou ao meu Gabinete o Ofício nº 487/2020-G2P (e-DOC E66ACDFB-e) e anexo (e-DOC 934D33EC-e) dando notícia do julgamento de mérito do RE 602584, definindo-se o tema de repercussão geral 359:

“(…)

*O Supremo Tribunal Federal-STF, no Leading Case: RE 602584, na data de 6/8/2020, julgou o mérito da repercussão geral que estava pendente nessa c. Corte (TEMA 359), assim pacificando:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

*Decisão: O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 359 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para indeferir a ordem, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Celso de Mello, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli (Presidente). Em seguida, foi fixada a seguinte tese: "Ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional nº 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor". Falou, pelo amicus curiae Estado do Rio Grande do Sul, a Dra. Márcia dos Anjos Manoel, Procuradora do Estado. Afirmou suspeição o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, 06.08.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF)."*

Por meio do Memorando n.º 107/2020 – GAB/CIM (e-DOC C47068A2-e), determinei a remessa dos autos à Sefipe/TCDF para providências.

Em cumprimento ao determinado no aludido memorando, a Sefipe/TCDF, por meio da Informação n.º 64/2020 – 2ª DIFIPE (e-DOC D34F1503-e), sugeriu ao e. Plenário:

*"I. tomar conhecimento do deslinde do RE 602.584/DF;*

*II. tendo em vista o disposto no item "II.b" da Decisão nº 5.613/2018, dar conhecimento a todo o complexo administrativo do Distrito Federal a respeito do deslinde do RE 602.584/DF e da definição do tema de repercussão geral 359, pelo Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos: "ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional nº 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor";*

*III. autorizar o arquivamento do presente feito."*

O Ministério Público no Parecer n.º 777/2020-G2P (e-DOC 9BC87E5C-e) opinou de forma convergente com a unidade instrutiva.

Nada obstante a decisão adotada pela Corte Suprema, informada pela instrução processual, cumpre asseverar que, na data de 24.11.2020, foi interposto agravo regimental no RE 602.584/DF.

Assim, uma vez que ainda pende de análise final a matéria a cargo do STF, entendo ser de bom alvitre que esta Corte de Contas aguarde o deslinde da questão, sob pena de adotar-se regramento que, ao depois, pode vir a tornar-se obsoleto, ante o entendimento a ser sufragado pela Excelsa Corte.

Diante do exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

a) do Ofício n.º 487/2020-G2P (e-DOC E66ACDFB-e) e anexo (e-DOC 934D33EC-e), da lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, dando notícia do deslinde do RE 602.584/DF;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

- b) da Informação n.º 64/2020 – 2ª DIFIPE (e-DOC D34F1503-e);
- c) do Parecer n.º 777/2020 – G2P (e-DOC 9BC87E5C-e);

II. sobresteja o exame do presente feito até o deslinde do julgamento do RE 602.584/DF (tema de repercussão geral 359), que ainda se encontra em trâmite no Supremo Tribunal Federal, haja vista a interposição de agravo regimental, em 24.11.2020;

III. autorize o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para os fins de sua alçada.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2020

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator